



SENADO FEDERAL

MENSAGEM

Nº 78, DE 2013

(nº 340/2013, na origem)

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Os méritos do Senhor José Roberto de Almeida Pinto que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 14 de agosto de 2013.

Assinatura manuscrita em tinta preta, provavelmente do Presidente da República, com uma assinatura fluida e estilizada.

EM nº 00236/2013 MRE

Brasília, 28 de Junho de 2013

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre os organismos internacionais e *curriculum vitae* de **JOSE ROBERTO DE ALMEIDA PINTO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Antonio de Aguiar Patriota

EM Nº 00236 /DP/DSE/SGEX/AFEPA/G-MRE/APES

Brasília, 28 de junho de 2013.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição Federal, e com o disposto no artigo 39, combinado com o artigo 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Senado Federal relativa à indicação de **JOSE ROBERTO DE ALMEIDA PINTO**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informações sobre o organismo internacional e *curriculum vitae* de **JOSE ROBERTO DE ALMEIDA PINTO** que, juntamente com a Mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,


ANTONIO DE AGUIAR PATRIOTA
Ministro das Relações Exteriores

INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO

CPF.: 352.774.087-20

ID.: 6546 MRE

1953 Filho de Geraldo de Almeida Pinto e Suzana Lins de Almeida Pinto, nasce em 10 de fevereiro, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1976 CPCD – IRBr

1983 Mestrado em Literatura pela Universidade de Brasília/DF

1994 CAE - IRBr, A possibilidade de ampliação do Conselho de Segurança das Nações Unidas e a posição do Brasil

Cargos:

1977 Terceiro-Secretário

1979 Segundo-Secretário

1984 Primeiro-Secretário, por merecimento

1989 Conselheiro, por merecimento

1995 Ministro de Segunda Classe, por merecimento

2003 Ministro de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1977 Divisão de Operações de Promoção Comercial, assistente

1981 Divisão das Nações Unidas, assistente

1983 Embaixada em Washington, Segundo e Primeiro Secretário

1987 Embaixada em Assunção, Primeiro Secretário e Conselheiro

1989 Escritório de Observação do Brasil na Namíbia (Windhoek), Encarregado da abertura do Escritório e Chefe em missão transitória

1990 Secretaria-Geral de Política Exterior, Divisão Especial de Avaliação Política, Chefe

1991 Instituto Rio Branco, Professor titular de Política Internacional

1991 Instituto Rio Branco, Banca Examinadora de Questões Internacionais Contemporâneas do Exame Vestibular ao CPCD/Curso de Preparação à Carreira de Diplomata

1992 Embaixada em Roma, Conselheiro

1995 Secretaria-Geral, Coordenador e Chefe, substituto, do Gabinete

1998 Embaixada em Roma, Ministro-Conselheiro, Representante Alterno junto à FAO

1999 Embaixada em Caracas, Ministro-Conselheiro. Encarregado de Negócios

1999 VII Reunião do GT sobre a Secretaria Permanente do Tratado de Cooperação Amazônica, Caracas, Chefe de delegação

1999 XXV Reunião Ordinária do Conselho do Sistema Econômico Latino-Americano, Caracas, Chefe de delegação

2001 Reunião de Cúpula da Associação de Estados do Caribe, Isla Margarita, Chefe de delegação

2003 Ministério da Defesa, Secretário de Estudos e de Cooperação

2004 Comissão Permanente de Interação de Estudos Militares, Presidente

2005 Embaixada em Tegucigalpa, Embaixador

2007 Instituto Rio Branco, Banca Examinadora do LII e do LIII Curso de Altos Estudos

2008 Consulado-Geral em Roma, Cônsul-Geral

2010 Conferência Internacional da CPLP sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, Brasília, Chefe de delegação e Presidente da Conferência

2010 Embaixada na Guatemala, Embaixador

Condecorações:

1995 Ordem Nacional do Mérito, Alemanha, Grande Oficial

1995 Ordem do Mérito, Itália, Comendador
1996 Ordem de Rio Branco, Grande Oficial
1997 Legião de Honra, França, Oficial
1997 Ordem de Bernardo O'Higgins, Chile, Grande Oficial
1997 Ordem do Mérito, Portugal, Grande Oficial
2003 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Grã-Cruz

Publicações:

1979 Canção do meu exílio (poemas), Editora Achiamé/RJ
1984 Arquipélago Herzog (poemas), Editora Achiamé/RJ
2002 Poesia de Brasília: duas tendências (crítica literária), Editora Thesaurus/Brasília
Reflexões sobre defesa e segurança: uma estratégia para o Brasil (co-organizador), Coleção Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança, v. 1. Brasília: Ministério da Defesa, Secretaria de Estudos e de Cooperação
2004 O Brasil no cenário internacional de defesa e segurança (co-organizador). Coleção Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança, v. 2. Brasília: MD/SEC
2005 As Forças Armadas e o desenvolvimento científico e tecnológico do país (co-organizador). Coleção Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança, v. 3. Brasília: MD/SEC
2005 Desafios na atuação das Forças Armadas (co-organizador). Coleção Pensamento brasileiro sobre defesa e segurança, v.4. Brasília: MD/SEC
2006 A ginga da alma (poemas e letras de música), Editora Francisco Alves/RJ
2008 O conceito de poder nas relações sociais, Editora Francisco Alves/RJ


JOSÉ BORGES DOS SANTOS JÚNIOR
Diretor do Departamento do Serviço Exterior

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

**COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA
(CPLP)**



**Informação para o Senado Federal
OSTENSIVO
Junho de 2013**

Missão do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

A interlocução do Governo brasileiro com o Secretariado Executivo da CPLP, em Lisboa, era feita pela Embaixada do Brasil junto ao Governo português, que estava acreditada, até 2006, junto àquele órgão. Naquele ano, o Brasil abriu a Missão Permanente junto à CPLP. Sediada em Lisboa, sua atuação é completamente independente da Embaixada do Brasil junto ao Governo português, tendo em vista o volume crescente de assuntos e iniciativas levadas a cabo pela Comunidade.

O Brasil foi o primeiro país a tomar a iniciativa de criar uma Missão Diplomática para tratar com exclusividade de assuntos da CPLP. Seguindo o exemplo do Brasil, hoje, Portugal, Timor-Leste, Angola e Moçambique dispõem, também, de Representação Diplomática àquela Organização.

Membros	8 membros: Angola; Brasil; Cabo Verde; Guiné-Bissau; Moçambique; Portugal; São Tomé e Príncipe; Timor-Leste.
Ano da fundação	1996
Ano de adesão do Brasil	1996 (membro fundador)
Atual Representante Permanente do Brasil junto à CPLP	Embaixador Pedro Motta Pinto Coelho
Sede da CPLP	Lisboa, Portugal Endereço: Rua de São Mamede (ao Caldas), 21. 1100-533 Lisboa, Portugal.
Secretário Executivo	Murade Isaac Miguigy Murargy (Moçambique)
Diretor-Geral	Hélder Vaz (Guiné-Bissau)

Secretário-Executivo da CPLP

O Embaixador Murade Isaac Miguigy Murargy, diplomata de carreira de Moçambique, nasceu em 10 de maio de 1946. É licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa e diplomata de carreira desde 1976.

No Ministério dos Negócios Estrangeiros, foi conselheiro jurídico no Gabinete de Estudos e Planificação e Informação (1976-1980), Diretor para assuntos jurídicos e consulares e Diretor Nacional de Protocolo (1980-1984) e Diretor de Assuntos Internacionais e Conferências (1984-1985).

Entre 1985 e 1995, foi Embaixador na França e não residente na Alemanha, na Tunísia, no Gabão, no Mali, na Costa do Marfim, no Senegal, no Irã, na Palestina e na Suíça. Nesse período, foi também Delegado Permanente junto à UNESCO e Representante Permanente junto às Nações Unidas em Genebra.

Entre 1995 e 2005, foi Secretário-Geral da Presidência da República de Moçambique, com status de Ministro de Estado.

De 2005 a 2012, foi Embaixador de Moçambique junto ao Governo brasileiro.

Indicado pelo Governo de Moçambique como candidato ao cargo de Secretário-Executivo da CPLP, foi aclamado pela IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em Maputo, em julho de 2012, para um mandato de dois anos, renováveis por mais dois.

Informações gerais

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é o foro multilateral privilegiado para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre seus oito Estados membros. Criada em 17 de julho de 1996, a CPLP goza de personalidade jurídica internacional, bem como de capacidade jurídica necessária para a consecução de seus objetivos.

Objetivos e princípios da CPLP

A Organização tem como objetivos gerais a concertação político-diplomática entre os estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional; a cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto, comunicação social e comércio; a materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa.

A CPLP é regida pelos seguintes princípios: igualdade soberana dos Estados membros; não ingerência nos assuntos internos de cada Estado; respeito pela sua identidade nacional; reciprocidade de tratamento; primado da paz, da democracia, do estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social; respeito pela sua integridade territorial; promoção do desenvolvimento; promoção da cooperação mutuamente vantajosa.

Antecedentes e histórico da CPLP

O primeiro passo no processo de criação da CPLP foi dado em São Luís do Maranhão, em Novembro de 1989, por ocasião da realização do primeiro encontro dos Chefes de Estado e de Governo dos países de Língua Portuguesa – Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. Na reunião, decidiu-se criar o Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), que se ocupa da promoção e difusão do idioma comum da Comunidade. A ideia da criação de uma Comunidade reunindo os países de língua portuguesa – nações irmanadas por uma herança histórica, pelo idioma comum e por uma visão compartilhada do desenvolvimento e da democracia – já tinha sido suscitada por diversas personalidades.

Em 1983, no decurso de uma visita oficial a Cabo Verde, o então ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Jaime Gama, referiu que: "O processo mais adequado para tornar consistente e descentralizar o diálogo tricontinental dos sete países de língua portuguesa espalhados por África, Europa e América seria realizar cimeiras rotativas bienais de Chefes de Estado ou Governo...".

O processo ganhou impulso decisivo na década de 1990, merecendo destaque o empenho do então Embaixador do Brasil em Lisboa, José Aparecido de Oliveira.

Em 17 de julho de 1996, na Conferência de Chefes de Estado e de Governo, foi formalmente constituída a Comunidade dos Países de Língua (CPLP) por sete países: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

Em 1999, a CPLP enviou missão de observação eleitoral ao referendun sobre a autodeterminação de Timor-Leste e, em 2001, às eleições para a Assembleia Constituinte do país.

Desde sua criação, a CPLP teve atuação político-diplomática intensa, de que são exemplos, entre outros, o envio de vinte missões de observação eleitoral a eleições em seus Estados membros e a cooperação da Comunidade em crises políticas em Timor-Leste em 2006, e em Guiné-Bissau em 2006 e 2012.

Em 2002, após tornar-se independente da Indonésia, Timor-Leste ingressou na CPLP como membro pleno.

Em 2010, a Guiné Equatorial – que já era Estado associado – apresentou candidatura a membro pleno da Comunidade, após oficializar o português como língua nacional. Um plano de atividades está sendo

implementado, em coordenação com os oito países, o Secretariado Executivo e o Instituto Internacional da Língua Portuguesa.

Em 2011, a CPLP apoiou a candidatura do Doutor José Graziano ao cargo de Diretor-Geral da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Da mesma forma, em 2013, a Comunidade votou em bloco no candidato brasileiro, Embaixador Roberto Azevêdo, para o cargo de Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Órgãos da CPLP

A Conferência de Chefes de Estado e de Governo reúne-se, ordinariamente, de dois em dois anos e, extraordinariamente, quando solicitada por dois terços dos Estados membros. Este órgão, integrado pelos Chefes de Estado ou de Governo dos oito países, é a instância deliberativa superior da Organização. Como é regra em todas as instâncias deliberativas da CPLP, suas decisões são sempre tomadas por consenso.

O Conselho de Ministros é constituído pelos ministros dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores dos oito países e reúne-se, ordinariamente, uma vez por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos Estados membros. O Conselho de Ministros responde perante a Conferência de Chefes de Estado e de Governo, a quem deve apresentar os respectivos relatórios.

Tanto a Conferência de Chefes de Estado e de Governo quanto o Conselho de Ministros são hospedados, em carácter rotativo, por um dos Estados membros, que organiza os respectivos eventos em cidade de destaque, tradicionalmente no mês de julho, o mês da criação da CPLP.

A Assembleia Parlamentar é o órgão que reúne as representações de todos os Parlamentos da Comunidade, constituídas na base dos resultados eleitorais das eleições legislativas dos respectivos países. A Assembleia Parlamentar da CPLP foi instituída pelo XII Conselho de Ministros, em novembro de 2007. Dada sua natureza parlamentar, é o único órgão da CPLP em que as decisões não são tomadas por consenso.

O Comitê de Concertação Permanente reúne-se, ordinariamente, em Lisboa, na sede da CPLP, uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que necessário. O Comitê é coordenado pelo representante do país que detém a presidência do Conselho de Ministros.

O Secretariado Executivo é o principal órgão executivo da CPLP e tem por incumbência implementar as decisões dos três órgãos deliberativos (Conferência, Conselho e Comitê). Tem sede em Lisboa. É dirigido pelo Secretário Executivo, alta personalidade de um dos países membros, eleito

rotativamente por um mandato de dois anos, que pode ser renovado uma única vez. O cargo é ocupado pelo Embaixador Murade Isaac Miguigy Murargy, diplomata de carreira de Moçambique, desde a IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em julho de 2012, em Maputo, Moçambique. O Secretário Executivo é auxiliado nas suas funções pelo Diretor-Geral, cargo ocupado, desde janeiro de 2008, por Hélder Vaz Lopes, da Guiné-Bissau.

As Reuniões Ministeriais Setoriais são constituídas pelos ministros e secretários de Estado dos diferentes sectores governamentais de todos os Estados membros. Compete às Reuniões Ministeriais coordenar, ao nível ministerial ou equivalente, as ações de concertação e cooperação nos respectivos sectores governamentais.

A Reunião dos Pontos Focais de Cooperação congrega as unidades responsáveis, nos Estados membros, pela coordenação da cooperação no âmbito da CPLP. É coordenada pelo representante do país que detém a Presidência do Conselho de Ministros. Compete-lhe assessorar os demais órgãos da CPLP em todos os assuntos relativos à cooperação para o desenvolvimento no âmbito da Comunidade. Os Pontos Focais da Cooperação reúnem-se, ordinariamente, duas vezes por ano e, extraordinariamente, quando solicitado por dois terços dos Estados membros.

O X Conselho de Ministros em 2005 estabeleceu também como órgão adicional: o Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), cuja sede está situada na cidade de Praia, em Cabo Verde.

Cronologia histórica

1996 – I Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em Lisboa, em 17 de julho.
2002 – IV Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em Brasília, em 1º de agosto.
2000-2002 – A ex-Presidenta da Fundação Cultural Palmares Dulce Maria Pereira exerceu o cargo de Secretária Executiva da CPLP.
2002-2004 – O Embaixador brasileiro João Augusto de Médicis exerceu o cargo de Secretário Executivo da CPLP.
2006 – Criação da Missão Permanente do Brasil junto à CPLP.
2010 – I Conferência sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Internacional, em Brasília, em março.
2010 – O acadêmico brasileiro Gilvan Muller de Oliveira assumiu o cargo de Diretor Executivo do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP); Assinado o novo Estatuto do IILP; A Guiné Equatorial – que já era Estado associado – apresenta candidatura a membro pleno da Comunidade, após oficializar o português como língua nacional.

2011 – I Fórum da Sociedade Civil da CPLP, em Brasília, de 28 a 30 de setembro; CPLP apoiou em bloco a candidatura de José Graziano ao cargo de Diretor-Geral da FAO.

2012 – Assinado os novos Estatutos da CPLP, a ser avaliado pelo Congresso Nacional.

2013 – CPLP apoiou em bloco a candidatura de Roberto Azevêdo ao cargo de Diretor-Geral da OMC.

Aviso nº 604 - C. Civil.

Em 14 de agosto de 2013.

A Sua Excelência o Senhor
Senador FLEXA RIBEIRO
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual a Excelentíssima Senhora Presidenta da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ ROBERTO DE ALMEIDA PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Atenciosamente,



GLEISI HOFFMANN
Ministra de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional)

Publicado no DSF, de 42/8/2013.

Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado Federal - Brasília-DF

OS: 14) ' , /2013